

Círculos de Cultura no SUAS: Caminhos para a Emancipação

Culture Circles on SUAS: Roads for Emancipation

Círculos de Cultura en el SUAS: Caminos hacia la Emancipación

Ana Carolina Duarte Coelho

Joseane de Oliveira Luz

Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Lages, SC, Brasil.

Resumo

Este relato de experiência apresenta uma intervenção desenvolvida durante estágio em Psicologia Social Comunitária em um Centro de Referência de Assistência Social — CRAS. Como problemática, evidenciou-se que muitos usuários percebiam o serviço de forma assistencialista, o que fragilizava a compreensão de seus direitos e comprometia sua relação com o equipamento. Reconhecendo o saber prático dos usuários sobre suas vulnerabilidades, potencialidades e a relação que constroem com o CRAS, optou-se por adotar os princípios metodológicos de Paulo Freire, visando valorizar esse conhecimento e, a partir dele, construir coletivamente uma compreensão mais ampla da temática. Assim, foram realizados cinco encontros voltados para a construção de Círculos de Cultura junto à equipe local e às usuárias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com foco no fortalecimento do entendimento crítico sobre o papel da Assistência Social.

Palavras-chave: Assistencialismo, SUAS, Educação Popular, Psicologia Social Comunitária.

Abstract

This experience report presents an intervention developed during a professional internship in Social and Community Psychology at a Social Assistance Reference Center (CRAS). The issue identified was that many users perceived the service through an assistentialist lens, which weakened their understanding of their rights and compromised their relationship with the institution. Recognizing users' practical knowledge of their vulnerabilities, strengths, and of their relationship with CRAS, the intervention adopted Paulo Freire's methodological principles, aiming to value this knowledge and collectively construct a broader understanding of the issue. To this end, five meetings were held to create Culture Circles with the local team and users of the Family Protection and Comprehensive Care Service (PAIF), focusing on strengthening critical awareness of the role of Social Assistance.

Key-words: Charity-based, SUAS, Popular Education, Community Social Psychology.

Resumen

Este relato de experiencia presenta una intervención desarrollada durante una pasantía en Psicología Social Comunitaria en un Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS). Como problemática, se evidenció que muchos usuarios percibían el servicio desde una perspectiva asistencialista, lo que debilitaba la comprensión de sus derechos y comprometía su relación con el equipamiento. Reconociendo el saber práctico de los usuarios sobre sus vulnerabilidades, potencialidades y la relación que construyen con el CRAS, se optó por adoptar los principios metodológicos de Paulo Freire, con el objetivo de valorar ese conocimiento y, a partir de él, construir colectivamente una comprensión más amplia de la temática. Así, se realizaron cinco encuentros orientados a la construcción de Círculos de Cultura junto al equipo local y a las usuarias del Servicio de Protección y Atención Integral a las Familias (PAIF), con foco en el fortalecimiento del entendimiento crítico sobre el papel de la Asistencia Social.

Palabras clave: Asistencialismo, SUAS, Educación Popular, Psicología Social Comunitaria.

Introdução

“Assistencialismo” é um termo frequentemente utilizado para descrever práticas e políticas que visam fornecer assistência eventual às pessoas em situação de vulnerabilidade. Mesmo que muitas vezes seja relevante para a garantia de condições básicas de existência, o assistencialismo é contrário ao propósito da Política de Assistência Social porque busca resolver a “questão social” através de uma perspectiva tutelar e caridosa, subjugando efetivamente as populações em vulnerabilidade (Ferreira, 2023).

Alves (2016) destaca que o assistencialismo se caracteriza como marco histórico na prestação de serviços sociais no Brasil, ligada principalmente a ideais

religiosos e caritativos. A autora aponta que tal construção voltava-se ao controle das massas, neutralizando componentes revolucionários a partir de projetos caritativos pontuais e descontínuos que maquiavam problemas sociais mais profundos. Tais características impunham sobre as ações assistencialistas uma perspectiva clientelista de “ajuda” aos necessitados, pobres e desfavorecidos, que por si eram desprovidos de autonomia e direitos.

Foi no processo de redemocratização do país, após a ditadura militar, que este cenário começou a ser modificado. Como resultado da luta de diferentes movimentos sociais no período ditatorial, a Constituição Brasileira de 1988 pautou-se em definir as responsabilidades

do Estado na garantia de direitos a todos os cidadãos, abandonando a perspectiva clientelista em prol de uma visão universal e equitativa de acesso aos serviços públicos e à proteção social (Lasta, Guareschi, & Da Cruz, 2014). No entanto, o estigma do assistencialismo ainda marca o trabalho da Assistência Social, fazendo-se presente na percepção dos usuários e, por vezes, na prática dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Compreende-se que a percepção dos usuários do SUAS a respeito dos serviços socioassistenciais é influenciada por diversos fatores, muitos deles relacionados exatamente à construção histórica da Política de Assistência Social no Brasil. Freitas (2014, p. 95) destaca que o impacto de um histórico de práticas de caridade, clientelistas e tutelares “é tão grande que, por se tratar de décadas de assistencialismo, esse entendimento da Assistência Social torna-se naturalizado e invisível”. Ou seja, sendo o assistencialismo uma marca tão relevante na história da formação da Assistência Social, seus resultados ainda podem ser percebidos mesmo perante um serviço baseado na garantia de direitos.

Mas mesmo que tal percepção esteja enraizada em uma construção histórica, é fato que ela se renova

constantemente no cotidiano dos serviços; inadvertidamente reforçada pelos próprios trabalhadores ao estabelecerem novas formas de clientelismo na relação com os usuários. Nesse sentido, Rodrigues e Guareschi (2018) ressaltam a importância de o trabalho socioassistencial estar sempre atento às próprias práticas, especialmente quando estas impõem condicionalidades para a concessão de acesso aos direitos sociais. As autoras afirmam que práticas prescritivas e normativas, ainda comuns na rede socioassistencial, levam à atualização desse histórico assistencialista e reforçam os serviços prestados como favores, e não direitos.

Destaca-se que as populações acompanhadas pelos serviços socioassistenciais detêm um saber prático a respeito do funcionamento do SUAS, observando cotidianamente como suas vulnerabilidades se relacionam com o embate entre caridade e garantia de direitos. Assim, mais que buscar “ensinar” as funções do serviço em uma lógica hierárquica de transmissão de conhecimento, compreende-se que qualquer intervenção junto a esses sujeitos deve partir da valorização do seu saber prático, promovendo a construção conjunta de uma compreensão mais crítica, técnica, e ampla sobre o tema.

Dessa forma, a luta contra o estigma do assistencialismo no SUAS depende de intervenções com viés efetivamente emancipatório, valorizando as percepções dos usuários enquanto sujeitos detentores de conhecimento, de potencialidades, e de voz; e permitindo que estes problematizem a própria realidade, incluindo sua relação com os serviços socioassistenciais. Como destacam Arndt e Maheirie (2017):

A história de um tipo de Assistência Social clientelista deixou vestígios em algumas práticas profissionais que são pouco regidas por processos emancipatórios e que, por vezes, ainda adotam um modo individualizante e particularista. Sendo assim, vale observar que o trabalho no âmbito da proteção social por meio de ações que assumem o sujeito como portador de direito e de voz, ampliando suas possibilidades de pensar, ser e agir perante o cenário social, abrindo caminhos para ocupação do espaço urbano e político, visa romper com o estigma de que a população usuária dos serviços socioassistenciais é despolitizada (Arndt, Maheirie, 2017, p. 442).

Assim, este trabalho busca relatar uma destas intervenções, realizada junto dos usuários e da equipe técnica de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no estado de Santa Catarina. Foi na busca por uma metodologia efetivamente

libertadora, envolvendo a valorização dos sujeitos na construção de um conhecimento mais técnico a respeito da sua realidade, que surgiu a possibilidade de se trabalhar o tema “CRAS” com os usuários a partir da realização de Círculos de Cultura (Freire, 2014).

Círculos de Cultura e SUAS: Um Diálogo Possível

Os Círculos de Cultura são uma metodologia de trabalho desenvolvida no contexto da Educação Popular, paradigma educativo elaborado pelo pedagogo Paulo Freire cujo objetivo é contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes vulneráveis — ou, como se referia o próprio Freire, oprimidas. A Educação Popular é uma abordagem pedagógica que se desenvolve partindo da realidade concreta dos sujeitos e constrói-se por meio de metodologias baseadas no diálogo, que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana (Da Silva et al., 2019).

No contexto da Educação Popular, Freire recorria a Círculos de Cultura com o propósito de promover o diálogo entre os diferentes saberes que ocupam uma sala de aula, almejando a construção coletiva de uma educação emancipatória (Freire,

2014). Sentados em círculo, buscando a quebra da relação hierárquica entre educador e educando, os participantes promoviam o debate aberto de temáticas relevantes ao seu contexto, compartilhando sua visão a respeito do assunto. É através da valorização e problematização destas percepções que o animador do círculo instiga o conhecimento técnico, não como superior ao conhecimento popular, mas como outro elemento de um mesmo arcabouço de saber. A proposta do diálogo parte, exatamente, da valorização do saber popular como uma forma relevante de se compreender os mesmos problemas que o saber técnico se propõe a analisar (Júnior et al., 2021).

Da Silva (2020, p. 65) destaca que enquanto o método freiriano se desenvolve com o foco na alfabetização de adultos, a sua metodologia de práxis libertadora logo se amplia “às mais diversas situações nas quais se busca uma conscientização de indivíduos e grupos a fim de chamá-los para a responsabilidade social de seu contexto”. Isso porque o autor acreditava na educação como uma ferramenta para a promoção de uma existência mais ampla, um Ser Mais, que liberta os sujeitos das necessidades imediatas e permite que lutem pela própria humanização:

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte. Os oprimidos que se “formam” no amor à morte, que caracteriza o clima da opressão, devem encontrar, na sua luta, o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que implique também nele e dele não possa prescindir (Freire, 1987, p. 31).

Tal liberdade requer, também, que o indivíduo deixe de ser posto no espaço passivo de recipiente de serviços e seja efetivamente compreendido no seu lugar como sujeito de direitos; como defendido pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social, 1993) e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Nesse sentido, o método freiriano é uma ferramenta valiosa que vai ao encontro dos pressupostos da atuação na

Assistência Social. Pode, inclusive, levar ao questionamento das relações de poder ainda existentes, na prática e no cotidiano dos serviços — relações que tendem a perpetuar a compreensão historicamente construída do assistencialismo.

Enquanto a prática da Educação Popular é comum nos serviços da Atenção Básica à Saúde, característico na formação do Sistema Único de Saúde (SUS), ela não é tão comumente exercida entre os serviços socioassistenciais na atualidade; entretanto, quando aplicada, tende a encontrar êxito. Júnior et al (2021), ao relatarem uma experiência com os Círculos de Cultura para a educação de adolescentes em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, destacam o potencial desta ferramenta no trabalho grupal, comum nos diferentes CRAS:

Além disso, recomenda-se o uso do Círculo de Cultura de Paulo Freire como referencial teórico metodológico para abordagem grupal, pois possibilitou a formação de um espaço de compartilhamento de conhecimentos, ideias, pensamentos e visões, favorecendo uma problematização crítica acerca das temáticas identificadas pelo grupo como definidoras do universo da adolescência, além de ser uma

estratégia de transformação de realidades comunitárias (Júnior et al, p. 299)

Freitas (2014), por outro lado, destaca o uso do método freiriano como uma ferramenta de pesquisa de campo, através da composição dos chamados “Círculos Epistemológicos”, voltados para o reconhecimento das perspectivas de diferentes sujeitos a respeito de temáticas relevantes à sua realidade. Nesse sentido, a autora promoveu uma pesquisa junto de usuários de três diferentes Centros de Referência da Assistência Social, buscando compreender e problematizar as representações sociais que estes carregam a respeito do Serviço.

Já Da Silva et al. (2019) destacam o valor dos Círculos de Cultura no trabalho de capacitação da própria equipe do CRAS, buscando promover não só o conhecimento técnico, mas também a autonomia e o protagonismo dos trabalhadores, afastando-os de um trabalho hierárquico para construir o seu Ser Mais. Através do levantamento vocabular de trabalhadores em relação à função do CRAS, os autores organizaram Círculos de Cultura voltados para a problematização e debate a respeito da atuação profissional, abrindo espaço tanto para questionamentos práticos quanto

teóricos a serem respondidos em grupo. Através destas discussões foi realizada, também em conjunto, a leitura de diferentes cadernos de tipificação do serviço, permitindo uma compreensão mais ampla de seu funcionamento para toda a equipe.

Foi também este o caminho pelo qual a presente intervenção se realizou, mesclando a investigação promovida por Freitas (2014) e a construção de saber técnico descrita por Da Silva et al. (2019), mas voltada especificamente para a realidade dos usuários do CRAS. Não se almejava que os usuários participantes absorvessem detalhes da tipificação dos serviços socioassistenciais, ou termos técnicos a respeito da prática profissional; mas, sim, que eles relacionassem o seu cotidiano e as suas experiências com a Assistência Social à garantia de direitos, e compreendessem que tais direitos não se limitam ao equipamento em questão, mas partem de uma existência ativa na sociedade em que se inserem.

Assim, com a realização de Círculos de Cultura e a promoção de debates a respeito da realidade comunitária e da atuação do CRAS neste contexto, pretendia-se que os usuários se percebam como sujeitos de direito dentro e fora dos equipamentos da Assistência Social; sujeitos esses que conseguem construir e

atuar a partir de outra perspectiva no território em que se relacionam. O pensamento crítico a respeito da própria realidade, partindo da base do conhecimento popular, tem o potencial revolucionário da libertação.

Aproximações com a Psicologia Social Comunitária

Além da inegável aproximação da metodologia freiriana com os princípios da atuação dos profissionais na rede socioassistencial, é importante destacar sua relevância para o trabalho da psicologia nesse campo.

Nesse sentido, Rebouças Júnior e Ximenes (2010) destacam o papel de diferentes metodologias dialéticas de trabalho na atuação da Psicologia Social Comunitária. Os autores destacam como objeto deste campo da psicologia a compreensão dos reflexos psíquicos do modo de vida comunitário, apontando para a relevância da construção de um trabalho cooperativo entre profissional e morador para que este possa compreender tais reflexos psíquicos, voltando-se para a promoção do desenvolvimento do sujeito comunitário. Eles destacam, ainda, as possíveis aproximações entre esta compreensão de sujeito comunitário e a

compreensão teórica da psicologia histórico-cultural, que estuda o homem na relação com o mundo, a partir das suas condições materiais concretas e do seu processo de internalização da realidade sociocultural.

Semelhantemente, Da Silva (2020) problematiza em seu trabalho a exclusão daqueles a quem Freire se referia como oprimidos, impondo a eles uma condição de “Ser Menos” que é intrinsecamente ligada ao impedimento desta apropriação sociocultural. A autora destaca que esta realidade de “Ser Menos”, de submissão e desamparo, pode inclusive perpetuar a visão assistencialista da política pública; afirmação de especial relevância diante da demanda que instigou esta intervenção:

Um humano que não se apropria de bens culturais, simbólicos, históricos, aliena-se e, na sua alienação, assume para si, muitas vezes, crenças que lhe explicam o próprio sofrimento como culpa sua, desenvolve baixa autoestima pois não compreende a razão de sua pobreza apenas crê na ideologia que o aliena, que o bombardeia todos os dias com frases e palavras soltas, mas eficazes em produzir nele, uma vergonha de si que na realidade deveria ser do outro que o oprime. E assim o oprimido vê a si como ninguém, ao

passo que vê a política pública como esmola. (Da Silva, 2020, p. 99)

Ao se compreender o indivíduo como um ser construído por suas relações, entende-se que seu funcionamento interno reflete e dialoga constantemente com o contexto material, histórico, social e comunitário em que está inserido. Nessa perspectiva, o estabelecimento de novas vias de diálogo e a facilitação de trabalhos grupais tornam-se essenciais para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, também, se dá a realização dos Círculos de Cultura: Rebouças Júnior e Ximenes (2010) apontam que a metodologia freiriana aproxima-se da psicologia social-comunitária e da teorização histórico-cultural ao propor o diálogo como mediador de novos conhecimentos, aprofundando a consciência do sujeito a partir da sua interação com o grupo e com a comunidade na qual este se insere.

Smolka (2021) propõe esta mesma aproximação entre a proposta dialógica de Freire e a teorização da psicologia histórico-cultural, apontando para a relevância de ambas na construção de uma práxis social-comunitária que busque a efetiva emancipação social. A autora aponta que o processo de conscientização, visto pela psicologia histórico-cultural

como algo dinâmico que nasce nas relações humanas, apresenta-se na obra de Freire como um compromisso histórico que permite que os homens façam e refaçam seu mundo, efetivamente colocando-se no papel de sujeitos. Nesse sentido, tanto pedagogia quanto psicologia trazem em seu bojo o argumento para que este processo de conscientização seja parte ativa do trabalho na Assistência Social, permitindo que o indivíduo compreenda a si enquanto sujeito de direitos.

Ademais, a aproximação entre a psicologia social-comunitária e a Educação Popular freiriana não é uma novidade. Segundo Rebouças Júnior e Ximenes (2010), a construção da Psicologia Social Comunitária brasileira se deu a partir da busca por valorizar os sujeitos e colocá-los como atores sociais, dotados do protagonismo necessário para construir a própria realidade social. Nesse sentido, os autores destacam o trabalho de Freire como um dos expoentes dessa visão de homem, influenciando em muito as primeiras incursões da psicologia crítica no contexto comunitário e servindo, inclusive, como base metodológica para algumas de suas atuações.

Dessa forma, destaca-se a relevância não só da temática, mas também do método escolhido para a atuação da

psicologia no contexto socioassistencial. Ao dedicar-se à garantia de direitos sociais e à promoção da autonomia dos sujeitos que acessam o SUAS, é essencial que os profissionais compreendam tais sujeitos em suas relações, contribuindo para a significação da sua vida em comunidade e para a busca de uma existência efetivamente humana; um Ser Mais.

Metodologia

O artigo em questão se trata de um relato de experiência, fruto de práticas desenvolvidas durante o período do estágio curricular obrigatório em Psicologia Social Comunitária da primeira autora. O trabalho nasceu da necessidade de aprofundamento teórico diante de uma demanda espontânea do serviço, não foram expostos dados a respeito dos participantes e o foco explícito é destacar a potência desta metodologia de trabalho diante da demanda do assistencialismo no SUAS. Considera-se, portanto, que o presente relato de experiência está alinhado ao disposto no Artigo 1º, inciso VII, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 510, de 2016.

Quanto à elaboração dos círculos de cultura em si, a intervenção foi realizada com base na delimitação de Dickmann e

Dickmann (2020) do método freiriano. Os autores dividem o trabalho com os Círculos de Cultura em 5 fases, sendo elas:

- a) O Levantamento do Universo Vocabular ou Temático dos sujeitos, um momento de diálogo aberto voltado para a construção de um repertório de símbolos que já façam parte da realidade dos sujeitos.
- b) A Definição de Palavras-Geradoras, que envolve o conhecimento técnico do profissional para reconhecer os temas mais relevantes, cheios de sentido na comunidade, que servirão de base para os debates seguintes.
- c) A Criação de Situações Existenciais, os Círculos de Cultura em si, construídos a partir da instigação de debates abertos sobre as Palavras-Geradoras, associadas a imagens ou outras mídias. O objetivo destes diálogos é problematizar a realidade trazida pelos sujeitos, incentivando a internalização de conceitos e o exercício do pensamento crítico.
- d) A criação de “Fichas de Descoberta”, que associam palavras e figuras e promovem um novo debate sobre o seu significante e significado na vida comunitária.
- e) A decomposição das Fichas, que representa um trabalho mais longo

de aprofundamento do aprendizado e incorporação de novos assuntos. Na intervenção proposta, esta etapa é vista como o possível impacto do grupo em si em ações futuras do CRAS.

O público da intervenção foi composto pela equipe técnica local e pelos usuários participantes do grupo de famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em uma construção conjunta de conhecimento. Entre as possibilidades de atuação do PAIF está a promoção de encontros comunitários, que devem reunir os indivíduos em torno de temas comuns a todos, buscando a mobilização e a tomada de consciência por parte da população (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012). Os encontros comunitários permitem a discussão de temas relevantes ao cotidiano das famílias acompanhadas pelo serviço, levantados pelo diagnóstico territorial.

Nesse sentido, percebe-se a coerência e relevância em promover, junto ao PAIF, encontros comunitários construídos sobre a base da Educação Popular que busquem debater e aprofundar o conhecimento das famílias a respeito do trabalho no CRAS e da efetivação de direitos; considerando que esta é uma parte

da realidade comunitária e um trabalho essencial na promoção de protagonismo.

Resultados

Este trabalho surgiu a partir de uma intervenção realizada em um CRAS de Santa Catarina, visando enfrentar as percepções assistencialistas que os usuários mantinham sobre o equipamento. Sem clareza sobre suas funções, o CRAS era frequentemente compreendido pela comunidade como um espaço de “ajuda aos pobres” — ajuda geralmente associada à distribuição de doações e ações pontuais, desvinculadas da lógica de garantia de direitos. Isso afetava o funcionamento do serviço todo, impactando inclusive o vínculo estabelecido entre equipe e comunidade.

A equipe local expressava frustração com solicitações que destoavam dos objetivos do CRAS; favores que não possuíam o tempo, os recursos, ou a possibilidade de cumprir, o que frequentemente resultava em uma percepção negativa dos usuários a respeito da qualidade do trabalho realizado no serviço. Havia uma nítida cisão entre aquilo que os profissionais tentavam ofertar e o que os usuários entendiam receber; denotando, ainda, uma fragilidade

frequente nos serviços assistenciais: a falta de compreensão dos usuários a respeito dos próprios direitos. O trabalho no CRAS não é assistencialista, nem deve partir da boa vontade dos trabalhadores; pelo contrário, ele é fruto da luta coletiva e deve ser construído junto aos usuários como uma ferramenta para a garantia de seus direitos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

O universo vocabular do grupo foi levantado a partir da realização da dinâmica “Roda de Palavras”, adaptada para o contexto do grupo. A dinâmica foi extraída do Caderno de Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006, p.85).

A dinâmica escolhida originalmente propõe que o grupo sugira uma palavra e, a partir dela, cada pessoa contribua dizendo a primeira palavra que lhes vêm em mente. Como o levantamento do universo vocabular na intervenção tinha o objetivo específico de proporcionar debates sobre a percepção dos usuários a respeito do CRAS, a dinâmica voltou-se para esta temática específica, partindo de palavras geradoras pré-definidas. Assim, a Roda se realizou a partir dos termos “CRAS” e “Direito”, permitindo que os usuários

expusessem suas percepções a respeito dos temas.

Inicialmente, as respostas do grupo pareceram se voltar exatamente ao aspecto assistencialista que inspirou o projeto, reiterando o CRAS como um espaço de “ajuda aos coitadinhos”. Por outro lado, houve frases que ressaltaram o potencial do serviço enquanto fortalecedor de vínculos, com alguns usuários destacando que o CRAS os fazia sentir pertencentes ao local em que moravam, aproximando-os dos vizinhos e da comunidade na totalidade.

No entanto, foi a partir do momento em que os participantes se sentiram à vontade para expressar suas insatisfações que falas mais críticas despontaram, apontando suas frustrações a respeito da falta de recursos do equipamento. Os usuários falaram sobre a falta de materiais, relembaram cursos e grupos que deixaram de ser desenvolvidos, e destacaram saberem que os trabalhadores “fazem o que podem”.

Neste momento, a presença da equipe técnica e a sua disponibilidade em reconhecer as perspectivas críticas dos usuários foi uma ferramenta importante. O

:

momento de trocas permitiu um diálogo aberto a respeito de cortes de verbas estatais, defasagem profissional, falta de concursos e do processo de sucateamento das políticas públicas. Os profissionais reconheceram a si na frustração dos usuários, o que ampliou as vias de diálogo.

Com isso, os usuários identificaram os relatos da equipe, na prática do que vivenciavam. Aqui novamente o assistencialismo despontou nas falas: percebendo-se como recipientes de “favores”, eles articulavam essa percepção ao propor soluções para o serviço, dizendo poderem solicitar ajuda a figuras políticas ou à igreja; o que a equipe prontamente negou. No entanto, tal percepção não é vazia de potencial para a resistência ou de senso de comunidade, já que eles se propunham a fazer tais movimentações em nome do serviço, buscando melhores condições para usuários e trabalhadores.

A partir deste primeiro encontro foram definidas as palavras-geradoras do grupo, conforme a Tabela 1, que orientaram as temáticas estudadas nos encontros seguintes

Tabela 1: *Universo Vocabular e temáticas dos encontros.*

Participação Popular:	Direito à Cidade:	Comunidade e Pertencimento:	O CRAS:
“Direito é Ter Voz”	“Direito é Ir e Vir”	“O que Falta é a União”	“Mas cadê o CRAS?”
Não existem direitos iguais.	A gente tem que preencher a cabeça, não tem outro lugar.	O CRAS é o grupo.	O CRAS ajuda as pessoas, famílias, crianças...
Nós somos o povão. Nós não manda em nada.	O CRAS, a gente precisa de alguma coisa, vem aqui.	Às vezes o CRAS é uma palavra de conforto	Eu só tenho a agradecer.
Venho pra participar, pra falar.	Antes tinha curso, a gente participava. Agora é só na Cidade.	Se for preciso, quantos aqui vão comprar a briga comigo?	Já foi muito melhor.
Direito é ter voz, tomar atitude.	Cidade também é o povão!	O povão é grande. Força a gente tem, o que falta é união.	A gente tem direito ao CRAS.

Fonte: Elaborada pelas autoras

O segundo dia de grupo marcou a realização do primeiro Círculo de Cultura propriamente dito, voltado para a temática do Controle Social; uma tentativa de unir a ânsia dos usuários por vias de mudança ao seu posicionamento enquanto seres políticos em uma sociedade democrática.

A discussão dos usuários a respeito da fragilidade de seus direitos, percebidos como utópicos, transformou-se em um

debate amplo a respeito das demandas comunitárias nos campos da Assistência, da Saúde e da Educação. Nessa organização, os usuários sentiram-se à vontade para expressar, de maneira segura e assertiva, suas percepções a respeito da realidade em que se encontram; questões que afetam diretamente suas existências e que, ao serem colocadas em lupa pelo grupo, deixam de ser naturalizadas.

A temática do segundo Círculo de Cultura, “Direito à Cidade”, teve muita relação com as condições socio geográficas do território abrangido pelo CRAS em questão; afastado daquilo que os próprios usuários consideravam se qualificar como uma “Cidade”. Ao serem questionados sobre o conceito de “Ir e Vir”, que despontou diversas vezes no universo vocabular do grupo, os usuários trouxeram a noção de precisarem ir “À cidade” para tudo, dizendo que cada vez menos é possível se encontrar lugares de lazer, de trabalho e de estudo aos quais eles tenham acesso. Mesmo quando vão à cidade, eles concluíram, ainda assim estas coisas não lhes pertencem, já que são destinadas aos que têm maior poder aquisitivo.

A discussão se ampliou para os limites do CRAS, que se torna sobrecarregado por uma falta de serviços territorializados que não sejam apenas seu equipamento; desembocando, também, naquilo que os profissionais entendem como uma compreensão assistencialista nos pedidos dos usuários. O grupo problematizou as questões geográficas do território e o acúmulo de capital urbano nos centros, reiterando a importância de os povos periféricos também ocuparem espaços de livre acesso, mesmo que estes sejam tipicamente elitizados. O debate os

levou a colocar-se como legítima parte da Cidade da qual se sentiam tão distantes.

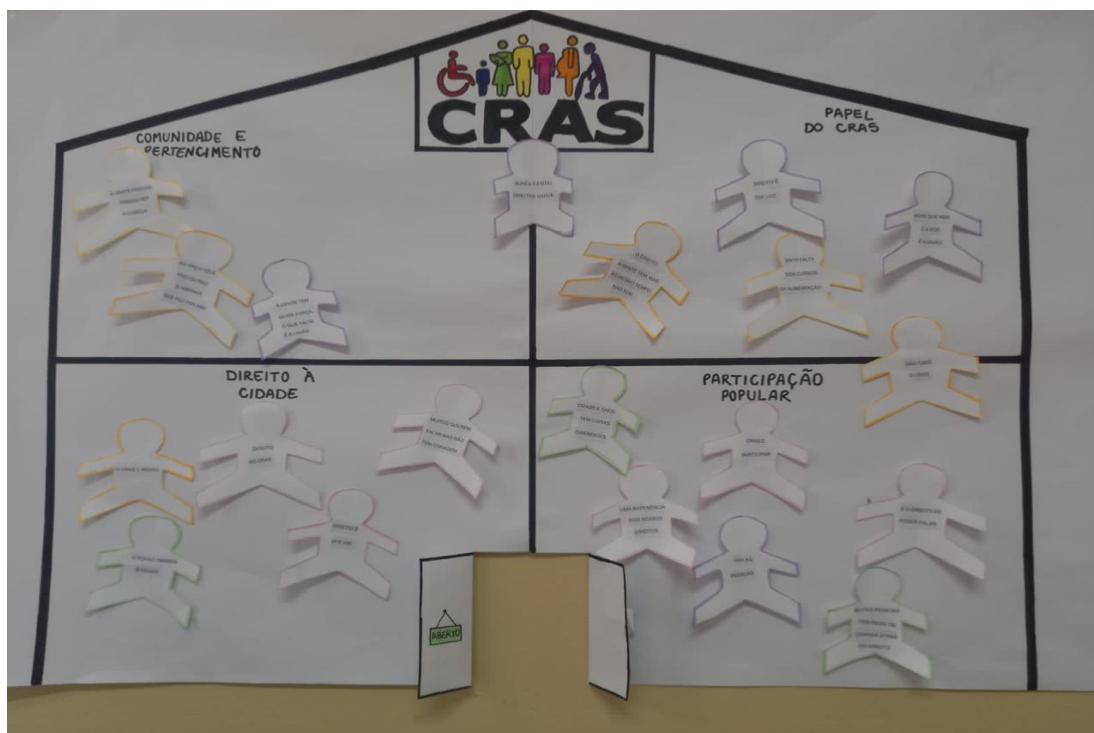
A realização do terceiro Círculo de Cultura ocorreu em meio a algumas mudanças no equipamento em si, que ocasionaram o atraso das atividades e dividiram os usuários, alterando a formação do grupo participante. Ainda assim, a temática “Comunidade e Pertencimento” rendeu boas discussões, especialmente considerando-se que boa parte dos usuários entendiam o potencial do CRAS exatamente como uma ferramenta de pertencimento ao território em que habitam. O debate construído foi satisfatório e produtivo, promovendo a reflexão sobre as maneiras pelas quais as ações dos participantes impactam a comunidade de algum modo.

Durante a realização dos Círculos de Cultura em geral, os relatos pessoais dos usuários sobre suas frustrações diante dos limites dos serviços públicos e da falta de recursos do território transformaram-se em problematizações sobre a fragilidade de seus direitos. Assim, os serviços que antes eram entendidos como um favor a depender apenas da vontade da equipe CRAS passaram a ser discutidos de maneira mais ampla; ao passo em que as reais funções do equipamento passaram a ser questionadas e criticadas a partir da realidade dos usuários.

Finalmente, o último encontro teve como temática as funções do CRAS, construídas a partir dos debates anteriores e representadas na construção conjunta da

“ficha de descoberta”. Esta tomou a forma de um cartaz representando o próprio CRAS, construído a partir das falas dos participantes; como mostra a Figura 1.

Figura 1: Ficha de descoberta.



Fonte: elaborada pelas autoras.

Originalmente nomeadas por Aurenice Cardoso, as fichas de descoberta eram uma série de desenhos associados às palavras-geradoras que eram utilizados como elementos na construção conjunta de significados. No contexto da alfabetização, as figuras servem de estímulo para a criação e recriação da linguagem para além da memorização, mas também para a construção de narrativas relacionadas ao cotidiano dos sujeitos que os levem a

compreender o mundo de forma menos naturalizada e mais crítica (Freire, 2014).

Já na intervenção proposta, a ficha foi construída com o foco em criar uma representação crítica do próprio CRAS. Imagens e vídeos foram utilizados ao longo de todos os Círculos de Cultura como recursos para fomentar o debate. Ao final da intervenção, foi elaborado um cartaz com o objetivo de integrar representações artísticas às falas dos próprios usuários

registradas durante os encontros. Essa produção reiterou que o trabalho foi construído a partir das contribuições dos participantes, além de evidenciar a importância da comunidade para o funcionamento do CRAS e, reciprocamente, o papel do CRAS para a comunidade.

É válido destacar que, no último encontro, alguns usuários que não puderam participar dos Círculos de Cultura se fizeram presentes; e a diferença entre as suas percepções a respeito do equipamento e as opiniões expressas pelos participantes foram nítidas. Tais diferenças foram percebidas pelos próprios usuários, com aqueles que participaram ativamente dos grupos anteriores questionando perspectivas assistencialistas e estimulando os colegas a exercerem seu pensamento crítico. Embora as diferenças entre as percepções dos dois grupos não se relacionem exclusivamente à realização dos Círculos de Cultura, a nítida ruptura entre a compreensão de direitos presente em um grupo e a visão caritativa observada no outro evidencia a necessidade de novas intervenções. Tais ações não devem se restringir apenas ao trabalho com a percepção dos usuários.

Ainda durante o grupo final, os usuários participantes não só demonstraram

compreender o CRAS como um espaço de garantia de direitos como também se sentiram capacitados a apontar a ausência de canais eficazes de comunicação com a equipe. Relataram sentir-se ignorados pela falta de um diálogo aberto no equipamento, dizendo que refletir sobre seus direitos os incentivou a exercer sua voz e despertou o interesse pela participação social e exercício da cidadania. Nesse sentido, os encontros buscaram potencializar os usuários a continuar utilizando o espaço de escuta e diálogo aberto pelos Círculos de Cultura.

O trabalho passou por algumas dificuldades relacionadas à própria organização do serviço, que interromperam o fluxo dos encontros. Ademais, os usuários demonstraram grande interesse em participar de uma assembleia do Conselho Municipal da Assistência Social para dar continuidade à discussão de defesa de seus direitos; porém, não houve tempo hábil para tal participação ser organizada. Ainda assim, os usuários participaram ativamente de todos os encontros, demonstrando interesse em entender, questionar e provocar a organização do CRAS.

Conclusão

A intervenção possibilitou promover um debate amplo e crítico de temáticas relevantes ao cotidiano dos usuários do SUAS e à construção do trabalho do CRAS. Os Círculos de Cultura favoreceram a valorização do conhecimento popular acerca das relações estabelecidas no CRAS, ao mesmo tempo em que contribuíram para a construção de um entendimento mais técnico e crítico a respeito destas relações por parte da população.

A forma como todos os sujeitos entendem seu mundo é contextual, dialética, cultural e histórica; e o mesmo vale para a percepção que possuem sobre os serviços da Assistência Social. Para intervir nessas perspectivas, é necessário estabelecer novas vias de diálogo, valorizando o conhecimento popular e, ao mesmo tempo, ativamente ampliando seus horizontes. Nesse sentido, os Círculos de Cultura permitem que os indivíduos se coloquem em seu meio como sujeitos em processo de aprendizagem, e, simultaneamente, como sujeitos políticos, capazes de compreender sua realidade de maneira crítica e dotados de resistência para concretizar seus modos de ver, ser e fazer no mundo.

Assim, a utilização dos Círculos de Cultura no enfrentamento ao estigma do

assistencialismo mostrou-se promissora não apenas por evidenciar problemas na comunicação entre usuários e serviço, ou por contribuir para a elucidação dos objetivos do trabalho do CRAS e de seus impactos na vida dos sujeitos, mas também por possibilitar, ainda que de forma breve, que essas pessoas compartilhassem efetivamente seu conhecimento sobre essa mesma realidade. Os oprimidos se observaram em um lugar não de julgamento ou de inferioridade, mas de valorização, em que podiam expressar suas angústias e insatisfações e vê-las corroboradas pelo conhecimento técnico.

Compreende-se que a atuação pedagógica da Educação Popular, associada a uma compreensão psicossocial dos sujeitos e ao estímulo do pensamento crítico desses a respeito do seu meio, representa um passo importante para que se supere a percepção assistencialista da atuação no SUAS. Mais do que receptores passivos de ações e intervenções, é fundamental que os sujeitos se reconheçam como atores da realidade social, dentro e fora do CRAS, compreendendo melhor seus direitos enquanto cidadãos e avançando significativamente na busca pelo seu Ser Mais.

Referências

- Alves, J. de M. (2016). Assistência social. In R. C. Fernandes & A. Hellmann (Orgs.), *Dicionário crítico: Política de assistência social no Brasil* (pp. 22–25). UFRGS/CEGOV.
- Arndt, A. D. & Maheirie, K. (2017). A música como mediadora de encontros em um CRAS. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 439–452. https://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2452
- Da Silva, A. C. L., Oliveira, B. S., Jesus, D. M. de, Rodrigues, F. S., Moraes, F. L. B., Santana, G. L., Cardoso, J. da S., Alves, J. P., Nascimento, L. L. do, Teixeira, M. B., & Schimidit, R. de A. (2019). *Educação popular: Tecendo o conhecimento sobre o território do CRAS Aláides dos Anjos*. Relatório apresentado na II Mostra Estadual de Práticas em Assistência Social do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES. Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). <https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/2/%20MOSTRA%20GSUAS/EDUCA%20C3%87%C3%83O%20POPULAR%20TECENDO%20CONHECIMENTO%20TERRIT%20C3%93RIO%20DO%20CRAS%20ALA%20C3%8DDES%20DOS%20ANJOS.pdf>
- Da Silva, G. G. M. (2020). Paulo Freire e a política de assistência social: diálogo necessário para o trabalho no CRAS [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Fronteira Sul]. Repositório Digital da UFFS. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3810>
- Dickmann, I., & Dickmann, I. (2020). *Paulo Freire: Método e didática* (1ª ed.). Livrologia. <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodo campo/files/2021/05/EBOOK-Paulo-Freire-Metodo-e-Didatica.pdf>
- Ferreira, F. C. (2023). *Serviço social no Piauí: Resistência entre tensões e contradições*. Brasil: Editora Terra Sem Amos.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2014). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra.
- Freitas, C. D. R. (2014). *A assistência social na perspectiva dos usuários: Representações sociais e ideologia* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. UFRGS Lume Repositório Digital. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115469>
- Júnior, F. W. D., Silva, A. C. L., Oliveira, B. S., Rodrigues, F. S., Moraes, F. L. B., Santana, G. L., Cardoso, J. da S., Alves, J. P., Nascimento, L. L. do, Teixeira, M. B., & Schimidit, R. de A. (2021). Adolescentes em vulnerabilidade social: Círculo de cultura como estratégia de problematização da realidade. *Em Extensão*, 20(1).
- Lasta, L. L., Guareschi, N., & da Cruz, L. R. (2014). A Psicologia e os Centros de Referência em Assistência Social: problematizações pertinentes. In L. R. da Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp. 52–65). Vozes.
- Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências). *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/L EIS/L8742.html
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). *Cadernos de orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília: MDS. Recuperado de

<https://craspsicologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/acompanhamento-a-familias-pbf-mds.pdf>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). *Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais*. Brasília: MDS. <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%202020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>

Rebouças Júnior, F. G., & Ximenes, V. M. (2010). Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: Análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2), 151–162. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-50247>

Rodrigues, L., & Guareschi, N. M. de F. (2018). Da casa destelhada ao amor materno: um

estudo sobre a performance do vínculo na política de assistência social. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(4), 381–391. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180039>

Smolka, A. L. B. (2021). A teoria histórico-cultural do psiquismo humano em perspectiva. *Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade*, 3(2), 30–30. <https://periodicos.fclar.unesp.br/temas/article/view/15717>

Ana Carolina Duarte Coelho. Universidade do Planalto Catarinense.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6595-4245>
E-mail: anaccoelhopsi@gmail.com

Joseane de Oliveira Luz. Universidade do Planalto Catarinense.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4633-8942>
E-mail: joseane.luz@uniplaclages.edu.br

Recebido em: 04/08/2025

Aceito em: 15/08/2025

Contribuição dos autores:

Conceitualização: A.C.D.C.
Redação do manuscrito: A.C.D.C.
Análise dos dados: A.C.D.C.
Revisão e edição: J.O.L.